

Enfoques teóricos sobre Redes de Turismo Comunitário

Débora Goes URANO¹

Felipe de Souza SIQUEIRA²

Wilker Ricardo de Mendonça NÓBREGA³

Resumo: Nas últimas décadas diversas iniciativas de turismo comunitário buscam a organização em rede como mecanismo de fortalecimento e articulação. O presente trabalho decorre de pesquisa realizada para a dissertação de mestrado e tem como objetivo analisar as redes de turismo comunitário a partir de uma abordagem teórica. O estudo tem caráter exploratório realizado por meio de pesquisa bibliográfica apoiado em autores como Capra (2002), Castells (1999), Scherer-Warren (2006; 2007), Martinho(2003) e Rovere(1999). A pesquisa apresentou que o turismo comunitário constitui uma complexa rede de inter-relações que vai se diferenciar do turismo convencional pelos papéis desenvolvidos pelos atores sociais, os vínculos que os conectam e as relações de poder existentes. Ainda, que as Redes de Turismo Comunitário compreendem redes sociais semelhantes as redes de movimentos sociais devido a organização coletiva que visa o intercâmbio de experiências e a articulação para o fortalecimento de comunidades na busca por uma atividade turística contra-hegemônica.

Palavras-chave: Redes. Turismo comunitário. Atores Sociais.

Introdução

O turismo comunitário surge a partir da necessidade de construção de um modelo de turismo alternativo ao turismo convencional, que tenha como prioridade a comunidade receptora através da afirmação da sua identidade, valorização da cultura e proteção ambiental. Ele constitui um mecanismo de resistência de comunidades tradicionais frente a um processo de desenvolvimento que prioriza o mercado privado. Assim, o turismo comunitário propõe-se a ser um modelo de organização da atividade turística que coloca a comunidade como centro do processo de planejamento e organização do turismo. Nele, a população local é proprietária e gestora dos equipamentos turísticos, participando efetivamente das decisões sobre o desenvolvimento da atividade na comunidade.

As iniciativas de turismo comunitário que vêm despontando a partir do final do século XX, vêm buscando como estratégia para o seu fortalecimento a articulação por meio da construção de redes. Durante o Fórum Social Mundial de 2004, em Mumbai, o documento intitulado De Mumbai a Porto Alegre: Quem realmente se beneficia com o turismo? Construído a partir do Grupo de Intervenções em Turismo aponta que “o trabalho em rede está no centro das estratégias futuras para identificar áreas de preocupação comum, construir alianças com indivíduos, organizações e movimentos que dividem este

¹ Bacharel em turismo pela Universidade de Fortaleza. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR/UFRN). E-mail: debby104@hotmail.com

² Mestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Professor da Faculdade do Vale Do Jaguaribe (FVJ). E-mail: felipesiqueira50@gmail.com

³ Doutor em Ciências do desenvolvimento socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFGPA). Atualmente é professor e pesquisador do departamento de turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: wilkernobrega@yahoo.com.br

pensamento, e influenciar agendas de política de turismo” (De Mumbai a Porto Alegre - Quem realmente se beneficia com o turismo, 2004, p. 1).

Dessa forma, essas redes vêm promovendo discussões acerca dessa nova proposta de organização da atividade turística, além de intercâmbios de vivências, lutas e desafios experimentados pelas comunidades. Surgem, então, diversas redes de turismo comunitário, como por exemplo, a Redturs (Rede de Turismo Comunitário da América Latina), a Turisol (Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário) e Rede Tucum (Rede Cearense de Turismo Comunitário) que unem diversas iniciativas de turismo comunitário, promovendo a articulação entre comunidades.

Faz-se necessário, portanto, a compreensão do significado destas redes dentro do fenômeno turístico. Assim como, é essencial o entendimento sobre os pontos que a constituem, os vínculos, as características e os processos que dão vida às mesmas. Nesse sentido, o presente artigo centra-se na análise sobre as redes de turismo comunitário. Compreende um estudo teórico e possui caráter exploratório, tendo em vista que busca desenvolver e esclarecer conceitos e ideias acerca das redes de turismo comunitário (Gil, 1994). Foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e dissertações, além de pesquisa nos sítios eletrônicos de redes como Redturs, Turisol e Rede Tucum, e material produzido pelas mesmas.

O trabalho apresenta-se em cinco partes. Inicialmente, foi realizada uma abordagem sobre a noção de redes, seus significados e características. Em seguida, é realizada uma análise sobre o fenômeno do turismo a partir da compreensão de redes. Por último, têm-se a análise sobre as redes de turismo comunitário.

Aspectos conceituais sobre redes

A noção de rede vem sendo ressignificada ao longo dos anos e utilizada em várias áreas do conhecimento para explicar e compreender diversas estruturas sejam estas biológicas, territoriais ou sociais. O termo aparece no século XII, para denominar um conjunto de fios entrelaçados, linhas e nós. Posteriormente, o termo passa a ser utilizado pela biologia como metáfora para compreensão do corpo e as ligações entre suas partes (Dias, 2007).

O conceito sai do universo biológico e é associado, também, ao território. Torna-se mecanismo para a circulação de diversos fluxos no espaço geográfico. Para Santos (2006, p. 185) “uma das características do mundo atual é a exigência de fluidez para a circulação de ideias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessando aos atores hegemônicos”. Criam-se portanto, as redes técnicas como as infraestruturas de rodovias, ferrovias, aeroportos, os meios de comunicação e a Internet, na busca contínua por mais fluidez. Esta, no entanto, como ressalta Santos, é seletiva e ocorre de acordo com os interesses de um determinado agente.

As redes conectam pontos no espaço para um determinado propósito. Leva, assim, a uma nova compreensão de território, que transcendem os espaços contíguos para se

constituir, também, por espaços distantes, mas conectados por elos ou funções em comum (Santos, 2005).

Essa nova compreensão do território leva a existência do que o autor denomina de horizontalidades e de verticalidades. As horizontalidades são os domínios reunidos por lugares vizinhos que possuem uma continuidade territorial, e as verticalidades são “formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais” (Santos, 2005, p. 256). Nesse sentido, o território hoje pode ser formado tanto por lugares contíguos (horizontalidades) como por lugares em rede (verticalidades) e que apesar de serem os mesmos lugares possuem funcionalidades diferentes, criando novas conexões, novos papéis e novas relações de poder.

Assim, as redes são formadas por nós, que são locais de conexão dos fluxos de bens, pessoas ou informações. No entanto, da mesma forma que conecta os elementos, ela exclui. Como afirma Dias (1995, p. 148), “nunca lhe damos com uma rede máxima, definida pela totalidade de relações diretas, mas com a rede resultante da manifestação das coações técnicas, econômicas, e políticas e sociais”. As redes constroem territórios de formas e normas a serviço dos atores hegemônicos. São eles quem comandam e quem produzem uma racionalidade às redes que compõe a sociedade contemporânea, como as redes viárias, de comunicação, e financeiras (Santos, 2005).

Dentro do campo das ciências sociais a noção de redes vem sendo utilizada para explicar estruturas sociais e descrever as diferentes formas de vínculos. A construção do conceito de rede social segue uma trajetória de múltiplas dimensões que vão abranger as variadas formas de relações sociais como parentescos, vizinhança, religião, associativismo, movimentos sociais, além de abranger diversos enfoques analíticos e pressupostos teóricos metodológicos. Para Capra (Capra, 2002, p. 108) “a análise das redes sociais alçou-se ao grau de uma nova disciplina sociológica e é empregada por muitos cientistas para o estudo das relações sociais e da natureza das comunidades”.

Capra (1996; 2002) desenvolveu uma compreensão de um padrão básico unificado da vida que integra as dimensões biológicas e sociais em redes complexas. Baseado em teorias sistêmicas e da complexidade, o autor afirma que existe um padrão da vida que é o padrão de rede, a qual é como uma teia de relações que conecta processos vitais. No entanto estes processos serão distintos em diferentes níveis e dimensões. Para o autor:

O padrão em rede (*network pattern*), especificamente, é um dos padrões de organização mais básicos de todos os sistemas vivos. Em todos os níveis de vida - desde as redes metabólicas das células até as teias alimentares dos ecossistemas - os componentes e os processos dos sistemas vivos se interligam em forma de rede. A aplicação da compreensão sistêmica da vida ao domínio social, portanto, identifica-se à aplicação do nosso conhecimento dos padrões e princípios básicos de organização da vida - e, em específico, da nossa compreensão das redes vivas - à realidade social (Capra, 2002, p. 85).

Capra utilizando-se de princípios básicos da organização em rede dos organismos vivos busca criar um elo entre as redes biológicas e ecológicas e as redes sociais, destacando como distinção entre as duas redes a forma como estas se conectam.

Também a rede social é um padrão não linear de organização, de maneira que os conceitos desenvolvidos pela teoria da complexidade, como os de realimentação (*feedback*) ou surgimento espontâneo (*emergence*), provavelmente encontrarão também aí a sua aplicação. Entretanto, os nós e os elos da cadeia não são simplesmente bioquímicos. As redes sociais são antes de mais nada redes de comunicação que envolvem a linguagem simbólica, os limites culturais, as relações de poder e assim por diante (Capra, 2002, p. 85).

Dessa forma as redes sociais envolvem múltiplos aspectos inerentes à condição humana como, por exemplo, a cultura e as relações de poder. Outro trabalho importante, *Sociedade em Rede*, de Manuel Castells (1999) busca compreender as dinâmicas sociais, políticas e econômicas na era da informação. O autor afirma que

Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para a sua expansão penetrante em toda a estrutura social (Castells, 1999, p. 497).

O autor compreende que, com a revolução recente da informática e o processo de globalização, a sociedade mergulha em uma nova dinâmica baseada na estrutura em rede que serve como instrumento de um capitalismo ultra-avançado, baseado nos fluxos financeiros, de informação e poder.

No entanto, apesar do avanço das tecnologias terem possibilitado o avanço do capitalismo e processos de exclusão e desvalorização de grupos sociais e territórios, permitiu também uma maior comunicação e articulação da sociedade civil, o que levou ao estabelecimento de redes de intercâmbio de diversas organizações e movimentos sociais. “As redes tornaram-se a principal forma de expressão e organização coletiva, no plano político e na articulação de ações de grande envergadura, de âmbito nacional ou internacional, das ONGs e dos movimentos sociais” (Martinho, 2003, p. 11).

Scherer-Warren (2007) distingue dois conceitos que se referem a essa nova forma de articulação da sociedade civil, os coletivos em rede e as redes de movimentos sociais. Para a autora, coletivo em rede refere-se “a conexões em uma primeira instância comunicacional, instrumentalizada através de redes técnicas, de vários atores ou organizações, que visam difundir informações, buscar apoios solidários, ou mesmo estabelecer estratégias de ação conjunta” (Scherer-Warren, 2007, p. 35). Já as redes de movimento sociais são:

Redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas, e que conectam, simbólica e solidaristicamente, sujeitos individuais e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico:

- de identificações sociais, éticas, culturais e/ou políticas-ideológicas, isto é, formam a identidade do movimento;
- de intercâmbios, negociações, definições de campos de conflitos e de resistência aos adversários e aos mecanismos de discriminação, dominação ou exclusão sistêmica, isto é, definem seus adversários;
- com vistas à transposição dos limites desta situação sistêmica na direção da realização de propostas ou projetos alternativos, ou seja, estabelecem seus objetivos, ou constroem um projeto para o movimento (Scherer-Warren, 2007, p. 36).

Nessas redes predominam as ações coletivas estabelecidas a partir de vontades políticas bem definidas e comuns a todos os envolvidos. Elas são utilizadas frequentemente como mecanismos de estratégia dos movimentos sociais para a sua organização e ações como afirma a autora:

A ideia de rede assume frequentemente um caráter propositivo nos movimentos sociais, isto é, a rede como forma organizacional e estratégia de ação que permitiria aos movimentos sociais desenvolverem relações mais horizontalizadas, menos centralizadas e, portanto, mais democráticas (Scherer-Warren, 2007, p. 42).

Para Rovere (1999) a constituição de redes permite uma organização mais flexível capaz de assumir as heterogeneidades dos diversos sujeitos constituintes da mesma.

[La red] Puede tener múltiples nodos, necesita tener múltiples nodos, no tiene una propulsión desde un lugar específico, sino que tiene lugares de articulación, tiene nodos de mayor densidad. Redes se parece al tránsito, hay calles principales, hay zonas congestionadas, hay zonas periféricas con menos densidad de tráfico, es más geográfica, atrapa mejor la heterogeneidad (Rovere, 1999, p. 22).

O autor aponta também a existência de cinco níveis na construção das redes. A compreensão destes níveis permite o acompanhamento do grau de profundidade das redes. No primeiro nível, reconhecer, ocorre a percepção da existência do outro e a aceitação das diferenças e heterogeneidades. No segundo nível, conhecer, começa a necessidade de conhecer o outro e o interesse em entender sua percepção de mundo. No terceiro nível, colaboração, verificam-se vínculos de reciprocidade e mecanismos de colaboração e ajuda espontânea. No nível seguinte, pode-se observar um processo mais complexo e sistemático de ações de cooperação visando um objetivo comum. E no último nível, há um estreitamento nos acordos que permitem a partilha de recursos.

Martinho (2003) faz uma crítica à utilização indiscriminada do termo rede, afirmando que esta, pode levar a perda do sentido do conceito e de sua natureza democrática, aberta e emancipatória. Dessa forma, o autor, dentro de uma concepção de rede como forma de organização humana, apresenta propriedades, características e princípios, baseados, principalmente, nos trabalhos de Capra e Castell.

Ele destaca como principais características que a rede é não-linear, pois promove um processo circular de conexões, ou seja, um ponto da rede se conecta a mais de um ponto,

quando não, a todos os pontos da rede. Além de poder se conectar a um ponto de fora que passará, então, a fazer parte da rede, o que dá a mesma um grande poder de expansão e a característica de um sistema aberto. Quanto maior o número de pontos conectados, maior será seu poder de multiplicação e seu campo de relacionamento. Ela é, também, horizontal, ou seja, os pontos estão interligados sem que haja uma hierarquia. Não existe subordinação entre os pontos, o que ocorre é um processo de auto-organização, que emerge a partir das relações formadas entre os pontos. A rede é, ainda, descentralizada, por não haver um centro, tendo em vista que a dinâmica das redes não está sustentada na existência ou posição de um ponto, mas no acionamento das conexões. Nessa concepção dependendo da circunstância ou da forma como é vista, qualquer ponto da rede pode vir a ser o centro naquele determinado momento.

A partir dessas características principais pode-se observar que a rede se baseia muito mais nas relações e conexões desempenhadas entre os diferentes pontos do que nos próprios pontos em si. Assim, é “a produção de conexões que constitui a dinâmica da rede. A rede se exerce por meio da realização contínua das conexões; ela só pode existir na medida em que houver ligações (sendo) estabelecidas” (Martinho, 2003, p. 18).

Para que essas conexões existam de forma a preservar esse caráter orgânico das redes, Martinho aponta alguns princípios que devem compor o modo de operação típico das redes, como a participação voluntária, autonomia, isonomia, insubordinação, desconcentração de poder, multiliderança e democracia. O primeiro princípio destacado é que a participação dos elementos (pessoas, organizações, comunidades, etc) que compõe a rede é voluntária. Eles não são obrigados a participar, mas participam, pelo fato de terem um objetivo ou uma luta em comum, um projeto coletivo. O segundo é que os integrantes da rede são sujeitos autônomos. A ausência de hierarquia requer uma participação ativa de cada um de seus participantes. Assim, não são os elementos que dependem da rede, mas sim a rede que depende da ação e da participação de cada integrante. Martinho ressalta, porém, que a autonomia dos participantes não significa a ausência de acordos e normas. Ele afirma que:

O funcionamento da rede, aliás, depende de um pacto que orquestre uma "coordenação das autonomias", garantindo, num só movimento, a ação coletiva e a individualidade de cada membro da rede. Na rede, em função disso, as normas devem ser necessariamente resultado de pactos e consensos estabelecidos por todos (Martinho, 2003, p. 44).

O respeito à autonomia requer, portanto, um trabalho baseado na cooperação e decisão partilhada, o que leva a outro princípio, o da isonomia e insubordinação, no qual “todos têm direito ao mesmo tratamento e compartilham os mesmos direitos e deveres” (Martinho, 2003, p. 45). E nem um ponto irá exercer controle sobre outro, pois o que ocorre na verdade é um consenso, entre os vários participantes, de normas que garantam o funcionamento e a efetiva ação e atividades da rede.

Na rede as relações de poder ocorrem diferentemente das organizações hierárquicas, o poder é diluído e distribuído entre os diferentes pontos, os quais são investidos de confiança e poder para cumprir determinada função em prol da rede.

Cada participante da rede possui, desse modo, um "pouco" de poder geral, sendo que apenas a ação da rede, como conjunto, o exerce de forma plena. Nesse caso, cada participante é apenas um colaborador do todo, parte integrante do sistema, porém essencialmente "parte", um pedaço incompleto, que só se torna inteiro quando integrado ao conjunto. Ao mesmo tempo, porém, em que distribui o poder, a rede também realiza uma operação de potencialização ou fortalecimento de cada um. Como cada nó, pelas propriedades morfológicas da rede, pode ser o "centro" do sistema, cada integrante da rede recebe um investimento de confiança e poder para cumprir tal função. Todo o poder da rede converge para cada nó, conforme as circunstâncias. Nesse sentido, qualquer participante da rede pode funcionar como "representante" da rede ou assumir-se como detentor de todo o poder. Ele deixa de ser um pedaço do conjunto, para tornar-se um meio pelo qual o conjunto se exerce. A rede está inteira em cada ponto (Martinho, 2003, p. 47).

Nesse sentido, a liderança da rede é multifacetada e por isso há a necessidade de uma forte sinergia nas conexões e relações entre os pontos. Essa multiliderança requer mecanismos democráticos de resolução de conflitos, de construção coletiva de consensos e de decisão compartilhada que permitam um autocontrole das decisões e ações da rede.

Para Scherer-Warren (2006), porém, o pressuposto da distribuição do poder em redes de movimento social é parcialmente verdadeiro, pois dentro dela haverá pontos mais fortes que possuem uma maior influência na articulação e na proposição de ações e estratégia, atuando como mediadores do processo organizativo. Este processo de mediação, muitas vezes, se configura como sendo bastante relevante para o empoderamento das redes de movimento social. É essencial, no entanto, que a rede trabalhe no sentido de construir um equilíbrio que possibilite a autonomia dos sujeitos envolvidos apesar da existência de pontos mediadores.

Como visto a multiplicidade de princípios a serem seguidos para que as propriedades da rede possam ser garantidas se torna um grande desafio para o funcionamento da mesma. Teixeira (2002), em estudo sobre redes de políticas ressalta que o trabalho em estruturas de rede impõe diversos desafios e destaca que algumas características das redes tanto podem ser vistas como vantajosas para o processo de gestão, como também limitadoras da sua eficácia gerando dificuldades na gestão e no alcance de seus objetivos. No caso das redes sociais, podem-se destacar alguns pontos apresentados pela autora:

- o processo de geração de consensos e negociação pode ser **demasiadamente lento** criando dificuldades para enfrentar questões que requerem uma ação imediata;
- as metas compartilhadas não garantem a eficácia no cumprimento dos objetivos já que as **responsabilidades são muito diluídas**;
- a dinâmica flexível pode terminar **afastando os participantes dos objetivos iniciais** ou comprometer a ação da rede pela **deserção de alguns atores** em momentos cruciais;

- os critérios para participação na rede não são explícitos e universais e podem provocar **marginalização** de grupos, instituições, pessoas e mesmo regiões, podendo deixar a política apenas nas mãos de uma elite;
- as **dificuldades de controle e coordenação das interdependências** tende a gerar problemas gestão das redes (Teixeira, 2002, p. 12 grifo original).

A autora ressalta também que o foco das redes está nos processos de interação entre os vários participantes e “os meios pelos quais estes processos podem ser estimulados, mantidos ou mudados, quando necessário” (Teixeira, 2002, p. 14). Dessa forma, são as conexões que dão significado a rede, e essas conexões nada mais são do que vias de comunicação estabelecidas entre os pontos. É a comunicação entre os participantes da rede que permitirá a consolidação dos valores e objetivos que irão nortear e coordenar a construção dos vínculos de interdependência entre as partes em sinergia e equilíbrio.

Assim, as redes são espaços de construção coletiva que precisam de um forte trabalho de coordenação e comunicação para que haja a sinergia necessária para garantir os princípios básicos da auto-organização como a horizontalidade, descentralização, autonomia e democracia.

As redes e o turismo

O fenômeno do turismo tem como base o deslocamento de indivíduos de forma temporária que possibilita a formação de verticalidades através da conexão de pontos distantes do espaço global, caracterizados por pólos emissores e receptores de turismo e as zonas de transição, na qual há um fluxo contínuo de pessoas, capital, cultura, costumes e ideologias. Essas conexões são sustentadas pela colaboração de diversos atores sociais de interesses e papéis distintos e que constituem uma rede de relacionamentos, que contribui para o desenvolvimento da atividade turística.

Esses atores são ao mesmo tempo “ativos e passivos” (Fratucci, 2008) e vão influenciar diretamente na territorialização dos espaços para o turismo, a qual ocorrerá de formas distintas dependendo da forma como as relações de poder entre esses agentes se configuram dentro da rede formada pela atividade. Pode-se citar como principais atores sociais envolvidos no fenômeno turístico: o turista, o mercado turístico, o poder público e a comunidade local.

O turista é o elemento principal do fenômeno turístico. É a partir do seu deslocamento, que surge uma rede de interações complementares, concorrentes e antagônicas, que constitui a cadeia econômica construída para atender às suas necessidades (Fratucci, 2008). As suas escolhas (desde o destino turístico até os serviços utilizados) e o seu comportamento e atitude perante a população residente e o local visitado terá fortes influências no desenvolvimento da atividade e nos impactos gerados.

O mercado turístico tem como principal papel fornecer serviços de transporte, hospedagem, alimentação e entretenimento, permitindo que ocorra o fluxo turístico entre os pólos emissores e receptores. É composta por diversas empresas da iniciativa privada como as operadoras de turismo, agências de viagens, agências de receptivo e passeios, as

empresas do ramo hoteleiro, equipamentos de lazer e recreação, e restaurantes, para citar alguns exemplos. No entanto, esse setor vem ganhando diferentes e complexas proporções, ocupando por via das vezes o papel do Estado, por meio das concessões de transportes (companhias aéreas, de transporte rodoviário e marítimo), e de comunicação (emissora de televisão e rádio) (Fratucci, 2008).

Tem como foco principal o lucro obtido com o fornecimento dos serviços turísticos atendendo, portanto, aos interesses do capital e de grupos hegemônicos. Contudo, podem operar a partir de uma visão mais solidária, baseada na cooperação e no comércio justo, com respeito ao meio ambiente e a comunidade local, caso queiram trabalhar para desenvolver um turismo sustentável ou comunitário. Esse paradoxo entre a acumulação de capital e a sustentabilidade do turismo representa um ponto ainda distante de ser resolvido. Swarbrooke (2000) ressalta a necessidade de uma maior pressão do poder público frente as atividades exercidas pelas iniciativas privadas e/ou uma maior exigência dos turistas no que se refere ao desenvolvimento de um turismo responsável.

O Estado ou setor público tem um dos papéis principais no desenvolvimento do turismo, pois cabe ao mesmo as funções de legislar e regulamentar a atividade turística local. Dessa forma, ele pode estimular ou barrar as viagens e entrada de turistas, pode assegurar ou não a conservação e preservação do meio ambiente, da cultura e das atividades econômicas locais, planejar o uso e ocupação do solo, o que permitirá um desenvolvimento do turismo no espaço de forma ordenado. Cabe ao Estado, também, o financiamento de projetos, e a promoção do controle da atividade por meio de incentivos fiscais ou por meio de tributação para determinadas atividades e/ou empreendimentos. Tem, ainda como função, fornecer a infraestrutura necessária para que a atividade turística possa ocorrer, como estradas, portos, aeroportos, saneamento básico, entre outras (Swarbrooke, 2000). Dessa forma, a função do Estado está vinculada ao estímulo e ao gerenciamento da sustentabilidade das redes de relacionamento que estruturam o turismo atual (Hall, 2004). Entretanto, o que se vê na prática é um pouco distinto, o Estado é pressionado para suprir com a infraestrutura necessária, financiamentos e incentivos fiscais para que a iniciativa privada possa se instalar sem prejuízos (Fratucci, 2008), deixando à margem do processo, questões ambientais e sociais.

A comunidade é composta por uma diversidade de grupos, interesses e posições relativas ao turismo, podendo incluir os proprietários de empresas de turismo; os empregados na indústria turística local; os empresários que não atuam no ramo do turismo; os que não estão empregados na indústria do turismo; e aqueles cuja a vida sofre o efeito do turismo (Swarbrooke, 2000). Ao mesmo tempo que a comunidade sofre os impactos advindos com a atividade, ela pode atuar como agente do processo de desenvolvimento, sendo que a influência exercida pela mesma neste processo ocorre em vários graus.

O autor aponta que uma forte influência das comunidades locais nos processos de planejamento e desenvolvimento do turismo é essencial para um turismo sustentável e sugere como uma “abordagem radical” para a maximização dos benefícios e a minimização dos custos advindos com o turismo, que a população possua uma atitude pró-ativa no

mercado turístico, na qual o controle da atividade estaria em mãos de pessoas locais e os lucros revestidos para um bem público e não para o ganho privado. O autor não se refere ao termo turismo comunitário, mas os pontos abordados revelam os princípios básicos deste tipo de turismo como a participação efetiva da comunidade em todo o processo de planejamento e desenvolvimento do turismo, sendo a mesma a detentora do processo produtivo do turismo no local.

A população residente possui um papel determinante no desenvolvimento de um turismo alternativo. Ela “têm em suas mãos dois elementos vitais para a atividade turística sem, infelizmente, ter consciência do valor e da importância deles: a posse da terra e da força de trabalho” (Fratucci, 2008, p. 96). No entanto, sem uma conscientização e organização para que esta possa participar e tomar a frente do processo de desenvolvimento do turismo no local, o poder e a força existente na população local, acaba por enfraquecer, dando lugar à iniciativa privada.

Como observado, a forma como os diferentes atores envolvidos no processo de desenvolvimento do turismo exercem seus papéis dentro desta rede de relações e os vínculos estabelecidos entre eles são decisivos para determinar como o processo de desenvolvimento do turismo irá ocorrer.

A rede criada com o desenvolvimento do turismo convencional segue os interesses dos grupos hegemônicos e acaba por excluir parte da população local priorizando a iniciativa privada que comanda e controla, de certa forma, a apropriação dos espaços pelo turismo. No caso quando inseridas na rede do turismo, grande parte das comunidades se submetem às relações de poder ditadas por aqueles que têm o controle da atividade, ou seja, o mercado e o Estado (muitas vezes guiados por políticas neoliberais). O turismo convencional é seletivo no que se refere aos espaços a serem conectados dentro da rede. Ele exclui localidades que não possuem vantagens comparativas e competitivas necessárias ou que resistem ao processo de apropriação do espaço pelo turismo convencional.

A rede construída a partir do turismo comunitário compreende, por sua vez, uma nova configuração de interações dos seus nós. Possuem relações de poder distintas e os atores sociais exercem seus papéis de forma diferente. Na rede do turismo comunitário a comunidade passa a ter um papel mais incisivo no planejamento e desenvolvimento da atividade. A população local será a proprietária e gestora dos equipamentos turísticos e irá definir os rumos para o desenvolvimento da atividade no local. A iniciativa privada ganha um papel secundário nesse processo; e o Poder Público é, em alguns casos, omissivo no seu papel; em outros, participam por meio de políticas públicas de incentivo a atividade de base comunitária. O turista se relaciona de forma diferente com a comunidade participando do dia a dia local a partir de vivências que valorizam o intercâmbio de experiências e culturas.

As redes de turismo comunitário

Ao mesmo tempo em que esse novo modelo de organização do turismo imprime uma nova forma a rede do turismo; busca, também, como estratégia, criar redes que procuram

conectar as várias iniciativas que vem surgindo no mundo todo a partir do século XX. As redes de turismo comunitário são redes sociais que, mais do que estratégias de inserção das comunidades no mercado turístico, são estratégias de resistência ao modelo de turismo convencional/hegemônico (Barbosa, 2011). Para Scherer-Warren (Scherer-Warren, 2006, p. 42) “as redes como estratégia de comunicação e de empoderamento da sociedade civil são as formas mais expressivas das articulações políticas contemporâneas”.

Como exemplo dessas redes com atuação no Brasil pode-se citar a Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS), a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol), e a Rede Tucum (Rede Cearense de Turismo Comunitário). Essas redes articulam um conjunto de comunidades fortalecendo a prática turística comunitária e buscando superar as deficiências por meio do intercâmbio de experiências e de trabalhos conjuntos.

A REDTURS é uma rede de articulação de comunidades tradicionais, instituições de apoio e recursos humanos que compartilham da mesma concepção de turismo, que promove a autogestão deste, e no qual as comunidades assumem o planejamento, operação, supervisão e desenvolvimento da atividade. A REDTURS busca através de um turismo economicamente viável, solidário, enriquecedor culturalmente e responsável ambientalmente, contribuir com algumas melhorias para a comunidade. A rede é composta, atualmente por diversos destinos em 13 países latino-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e Peru. No Brasil compreende 37 iniciativas de turismo comunitário distribuídas nas cinco regiões do país⁴.

A TURISOL, consolidada em 2007, é composta por organizações e comunidades no Brasil que desenvolvem projetos de turismo comunitário e que se uniram com a missão de fortalecer esse modelo de turismo no país. É composta por 23 iniciativas em 10 estados brasileiros, como por exemplo: a Acolhida na Colônia, localizada na Encosta da Serra Geral (SC); a Fundação Casa Grande, em Nova Olinda (CE); a Pousada Aldeia dos Lagos em Silves (AM); o Projeto Saúde e Alegria, em Santarém (PA); e Pousada Uacari (RDS Mamirauá), em Tefé (AM); a Rede Tucum(CE) e o Projeto Bagagem, organização não-governamental que trabalha no apoio à iniciativas de turismo comunitário. Possui como principais linhas de atuação a comercialização, comunicação, impactos em políticas públicas, capacitação e intercâmbios, universidade e turismo comunitário, juventude e turismo comunitário (Zanotti & Barroso, 2010).

A Rede Tucum integra, atualmente, doze comunidades que desenvolvem uma proposta de turismo comunitário. Essas comunidades localizam-se ao longo do litoral cearense e compreendem comunidades litorâneas, ribeirinhas, assentamentos rurais, tribos indígenas e Reservas Extrativistas, cada qual com a sua especificidade e autenticidade, mas que são marcadas por um elo em comum: luta pela terra, a afirmação

⁴ Informação obtida no site da Redturs www.redturs.org

de suas identidades e a resistência à apropriação de seus territórios seja por grupos hoteleiros, equipamentos turísticos ou viveiros de camarão.

Constituem a Rede, ainda, três pontos de apoio, que são espaços construídos a partir das vivências dos grupos nos movimentos sociais. Têm como principal característica a oferta do serviço de hospedagem, passeio e alimentação (Borges, 2011, p. 45). E conta com a assessoria institucional de duas organizações não-governamentais (Associação Caiçara de Promoção Humana e o Instituto Terramar de Pesquisa e Assessoria à Pesca Artesanal).

A Rede Tucum trabalha promovendo ações que englobam desde a consolidação da infraestrutura, através da melhoria e/ou construção de equipamentos turísticos, sinalização turística, organização de trilhas; mobilização social em torno dos direitos das comunidades tradicionais; e formação dos sujeitos coletivos (Pereira & Sousa, 2010).

Assim, se constituem essas Redes de Turismo Comunitário, de nós heterôgenos, de multiplicidades de culturas, costumes, saberes, vivências e lutas, mas conectados por elos em comum, pelo o que Rovere denomina de “vínculos solidários”. Compreende, portanto, redes sociais formada por comunidades e movimentos sociais, que prioriza as ações coletivas, por meio de uma organização mais horizontal, e descentralizada, e que conta com a assessoria e parceria de organizações não-governamentais(ONGs).

O trabalho de ONGs junto às comunidades no desenvolvimento de um turismo alternativo, revela um outro ator social na configuração da rede de turismo comunitário: o terceiro setor. A atuação deste setor como ator social do turismo vem crescendo nos últimos anos acompanhando o processo de discussões acerca dos impactos causados pelo turismo convencional e a necessidade de novas formas de organização do turismo. Tem como principal papel a sensibilização, organização e articulação das comunidades na elaboração de novas práticas de turismo, além de ter um papel bastante representativo na captação de recursos.

É essa diversidade de experiências que dá vida a Rede, permitindo um processo de intercâmbio de conhecimentos e vivências, que fortalece a organização comunitária e o desenvolvimento de um novo modelo de turismo.

Considerações finais

O fenômeno do turismo pode ser entendido como uma complexa rede de relações na qual fazem parte diversos atores sociais que têm como elemento de conectividade a atividade turística. A maneira pela qual estes atores interagem vai influenciar diretamente na forma como esta atividade irá se desenvolver nas comunidades receptoras. Nesse sentido, o turismo convencional e o turismo alternativo vão se diferenciar pelo modo como estes atores se relacionam entre si, as relações de poder existentes e o papel que cada um exerce no planejamento e desenvolvimento da atividade turística.

Dentro dessa complexa rede de relações que envolvem o turismo alternativo, iniciativas de turismo comunitário, que vêm emergindo nas últimas duas décadas, buscam como mecanismo de fortalecimento das experiências a construção de redes de turismo

comunitário. Estas constituem redes sociais que se assemelham as redes de movimentos sociais por constituírem uma organização coletiva para o fortalecimento de comunidades na busca por uma atividade turística contra-hegemônica. Estas redes se caracterizam pela horizontalidade, descentralização e a não-linearidade de suas estruturas. Trabalha com a valorização das heterogeneidades e autonomia dos pontos e se conectam por elos em comum como a luta pela terra, a afirmação de suas identidades, valorização da cultura e atividades tradicionais. Caracterizam-se, também, pela ação de Organizações não governamentais como atores sociais essenciais no processo de fortalecimento e articulação da construção do turismo comunitário.

Vale ressaltar, contudo, que não se esgotam neste trabalho as discussões acerca das redes de turismo comunitário, tendo em vista que o papel dos atores sociais nessas redes, assim como os vínculos que os une e a forma como se relacionam é um tema que necessita ser aprofundado. Além de que novas reflexões e questionamentos podem surgir a partir das ponderações aqui apresentadas.

Referências

- Barbosa, L. M. (2011). Redes de territórios solidários do turismo comunitário: políticas para o desenvolvimento local no Ceará. 160f. (Dissertação de Mestrado) - Mestrado Acadêmico em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará.
- Borges, C. I. (2011). O TURISMO COMUNITÁRIO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NA ZONA COSTEIRA DO CEARÁ: em foco a experiência da Rede Tucum. Fortaleza: (Dissertação de Mestrado) PPGG - UFC.
- Capra, F. (1996). A teia da vida. (N. R. Eicheberg, Trad.) São Paulo: Cultrix.
- Capra, F. (2002). As conexões ocultas. (M. B. Cipolla, Trad.) São Paulo: Cultrix.
- Castells, M. (1999). A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra.
- Dias, L. C. (1995). Redes: emergência e organização. In: I. E. Castro, P. C. Gomes, & R. L. Corrêa, Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand.
- Dias, L. C. (2007). Os sentidos da rede: notas para discussão. In: L. C. Dias, & R. L. Silveira, Redes, Sociedades e Território (p. 260p.). Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Fratucci, A. C. (2008). A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo. 308f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Gil, A. C. (1994). Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas.
- Hall, C. M. (2004). Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto.
- Martinho, C. (2003). Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Brasília: WWF-Brasil.
- Pereira, R. M., & Sousa, V. F. (2010). Rede Cearense de Turismo Comunitário: turismo e resistência na zona costeira cearense. São Paulo: Série Turisol de metodologias de turismo comunitário.

- Rovere, M. R. (1999). Redes en Salud; un nuevo paradigma para el abordaje de las organizaciones y la comunidad. Rosario: Ed. Secretaría de Salud Pública/AMR, Instituto Lazarte.
- Santos, M. (2005). O Retorno do Território. Ano VI No 16 (jun - 2005). Buenos Aires: CLACSO.
- Santos, M. (2006). A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Scherer-Warren, I. (2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e estado. v.21. n. 1. p.109-130.
- Scherer-Warren, I. (2007). Redes Sociais: trajetórias e fronteiras. In: L. C. Silveira, & L. L. Silveira, Redes, sociedades e territórios (pp. p.29-50). Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Swarbrooke, J. (2000). Turismo sustentável: meio ambiente e economia. vol. 2. (E. E. Horovitz, Trad.) São Paulo: Aleph.
- Teixeira, S. M. (2002). O desafio da gestão das redes de políticas. In: VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administracion Publica. Lisboa, Portugal: CLAD.
- Turismo, C. d. (2004). De Mumbai a Porto Alegre - Quem realmente se beneficia com o turismo. Mumbai: 4º Fórum Social Mundial.
- Zanotti, C., & Barroso, M. (2010). Semeando o turismo comunitário pelo Brasil - parte 1. São Paulo: Série Turisol de Metodologias de Turismo Comunitário.